



Vida Alentejana

SEMANÁRIO AGRÍCOLA // PECUÁRIO // TURÍSTICO DE ALLENTEJO

Editor: ANTONIO BELEZA

Propriedade da Empresa em organização: ALENTEJANA EDITORA

DIRECTOR

PEDRO MURALHA

Redacção e Administração:

Calç. da Glória, 25, 2.º — Telef. 2 1044 — LISBOA

Tipografia — RUA DA ROSA, 105

Aos nossos assinantes

Vida Alentejana suspende ao n.º 30, ou seja a 11 de Abril. É a ordem natural das coisas. A mãe, morre depois de ter dado à luz da publicidade o filho, o *Jornal do Meio-Dia*.

Qual será a vida deste filho? O tempo o dirá. Não diremos que *Vida Alentejana* teve vida desafogada. Não a teve. E não a teve porque nem todos os alentejanos souberam cumprir o seu dever. Parte deles não o quiseram assinar porque já tinham assinado o jornal da sua terra, que custa 1\$20 por mês, ou seja 4 míseros centavos por dia. E' que há muita gente que tem um autêntico horror á letra de imprensa.

Mas êsses que, por economia não nos quiseram honrar com a sua assinatura, alguns donos e senhores de regiões vastíssimas, não nos aborreceram como outros.

Parece impossível que, por uma coisa tão modesta como é a *Vida Alentejana*, homens riquíssimos foram levados a praticar autênticas vergonhas. Um, de Beja, por exemplo: homem riquíssimo e formado, autorizou-nos a publicar uma série de anúncios para no final, como qualquer caloteiro vulgar, se negar a pagar, tanto o anúncio como a sua assinatura, e isto supomos, por termos elogiado um outro homem que, num rasgo de generosidade, ofereceu ao Monte-pio daquela cidade a quantia de 200 contos.

Outro, êste é de Évora, além de devolver a sua assinatura, devolveu-nos uma carta que lhe remetemos sem a ter aberto. Note-se: era já condenável o facto se se tratasse apenas de um homem rico. A incorrecção não está bem a ninguém. Mas trata-se de um homem que tem pergaminhos (cremos que pagos a metal sonante). Ora é o duplo do escândalo. Rico e conde e tão malcriado. A nobreza é incompatível

com a incorrecção. Nem tôda a gente pode ser nobre ainda que compre com notas de Banco um título de nobreza. E'-se nobre quando se é correcto, e desde que se o não seja resulta numa nobreza muito esquisita.

Outro, *muito amigo*, mandou-nos o jornal á cara com o seguinte epigrama: «depois de ler o n.º 7 deste jornal, não o quero mais assinar.»

Corremos a ver o n.º 7. Que diacho publicará o n.º 7 que incomodou tanto o rapaz?

Mas o n.º 7 não traz nada. A não ser o retrato do sr. Ministro da Guerra com palavras de elogio. Mas o sr. Ministro da Guerra é um dos alentejanos mais ilustres que conhecemos. Não estamos arrependidos da modesta homenagem que lhe prestámos no n.º 7 da *Vida Alentejana*. Ela foi justíssima. Pedimos, por 2 vezes, (mal empregados 80 centavos de sêlos) que nos explicasse a razão porque havia explodido tanto. Esfinge. Silêncio sepulcral. Mas se de facto foi a homenagem que prestámos a um dos mais distintos alentejanos que tanto irritou o nosso antigo assinante, devemos dizer que *Vida Alentejana* foi sempre orientada por um espírito de independência. Uma revista puramente regionalista não deve nunca pender para esta ou aquela política. O que temos nós com a política do assinante que se revoltou por ver inserido o retrato de um homem que lhe não é simpático, lá porque professa ideias contrárias às suas? Ele há cada um...

Mas a par destes aborrecimentos, recebemos também muitos incentivos que nos agradaram sobremaneira.

A gente do norte do Alentejo, então, foi tôda de uma delicadeza, de um regionalismo que por vezes nos comoveu.

É mesmo a gente do norte do Alentejo que agora está marcando na iniciativa de se publicar um jornal diário. A ideia partiu de lá, e é de lá que contávamos com a maior expansão.

Não queremos dizer que no Baixo e no Centro alentejano se não encontrem também autênticas dedicações. Encontram-se. Mas são raras.

Mas, qual será a vida do portavoz da lavoura, principalmente do sul do país? Não o prevemos. Todavia apesar de todos os aborrecimentos tomaremos nós que ela não seja mais atribulada do que foi a vida de sua mãe. Modesta sim, mas sempre muito honradinha.

Morre ainda nova, mas deixa saudades, muitas saudades.

As pessoas que assinaram por 50 números terão de ser reembolsadas dos 20 números que lhe não fornecemos. Se não quiserem honrar-nos com a assinatura do *Jornal do Meio-Dia*, receberão a respectiva importância.

Pensámos primeiro em não suspender *Vida Alentejana*; ficaria com outra feição: A simplesmente regionalista, tratando de causas alentejanas, propagando as belezas do Alentejo.

Mas achamos esquisito duas publicações alentejanas sob a mesma direcção.

Nós temos o direito de solicitar aos nossos amigos um favor. Dois, porém, é que achamos demasiado e por isso o não queremos fazer. A não ser que a maioria dos assinantes da *Vida Alentejana* se manifestasse sobre o assunto.

Até êsse gesto, porém, não devemos pensar em dar vida á *Vida* além de 11 de Abril. Morre a mãe depois de nascer o filho. Feliz mãe que soube cumprir o seu dever.

TRIGOS

Transcrevemos de «A Voz»

Há um assunto grave, que é necessário encarar: o trigo.

Da colheita de 1934, haverá, em fim de Agosto de 1935, 300 milhões de quilos.

Quere dizer que à colheita de 1935 se somarão 300 milhões de quilos de trigo de 1934.

Este problema é muito grave.

Onde armazenaremos nós o trigo novo, tendo ainda tanto trigo em casa, ou seja metade da colheita de 1934, residuo, que só por si é mais de dois terços de uma colheita normal?

Onde encontraremos nós dinheiro para continuar a laboração na lavoura de trigo, visto que temos tão grande imobilização de capital?

Como nos poderá dar a Federação mais dinheiro em 1935 tendo ainda tanto dinheiro imobilizado com a colheita de 1934?

Até quanto subirá o preço do trigo com o adicional de o\$or mensal?

Como será adicionado e até quanto o juro de 6 por cento à fracção de 70 por cento já recebida sobre trigos?

Qual a situação dos que já venderam os seus trigos e dos que os tem ainda todos em casa, sob este aspecto?

Qual a situação da moagem e da panificação perante este preço variável e em crescimento constante?

Qual a defeza contra as possíveis deteriorações dos trigos armazenados, que, mesmo se a má qualidade dos celeiros, estão sujeitos aos ataques de insectos na primavera e no verão?

Qual a política a seguir para os anos futuros a-fim-de evitar estes graves perigos para a cultura, dentro dos limites do abastecimento do país, não ferindo ao mesmo tempo a riqueza da Nação e o bem estar das classes trabalhadoras da zona em que a cultura principal é o trigo?

Eis uma série de perguntas que todos nós lavradores, devemos fazer-nos, com calma, tentando resolver o problema pela melhor forma.

Não vale fazer pedidos desesperados ao Ministro da Agricultura ou ao Dr. Salazar.

Eles vêm, como nós, o problema; mas o problema é de tal vastidão que não pode resolver-se sem a colaboração e boa vontade de todos.

O Ministro da Agricultura e o Dr. Salazar não são culpados desta situação.

Nós é que nos metemos nesta situação, mas também a culpa não é toda nossa.

Os 100.000 e mais produtores de trigo não podem conhecer o estado da nossa economia ou crise mundial.

Eles só podem saber se o preço do trigo é mais remunerador ou mais seguro que o de outra qualquer cultura num determinado momento. E se já sabem isso já não sabem pouco.

Em momentos de aperto, como tem sido este da queda de preços desde 1928, as dividas criadas nos tempos das vacas gordas, obrigam a fazer muitas coisas que não se fariam se o estado da lavoura do Sul fôsse próspero.

Talvez noutra artigo me decida a focar esta parte da nossa situação económica: a acção da situação económica

da lavoura na intensificação da cultura do trigo.

A maior parte dos lavradores nem tinha celeiros para a conservação de todo o trigo de uma colheita.

Quem armazenava estes trigos eram as moagens.

Ficando por entregar, em fim de Agosto de 1935, 300 milhões de quilos onde meteremos o trigo novo?

Há duas soluções: ou construirmos celeiros até essa época ou a moagem receber esses trigos, para nos deixar campo livre à nova colheita.

Este segundo caso é o único que se deve encarar, porque o primeiro exigiria o emprego de grandes capitais, que a lavoura não tem, para fazer celeiros, que certamente não voltarão a ser necessários tão depressa, principalmente se viermos a seguir uma política da restrição da cultura do trigo.

A moagem tem celeiros, que não tem sido ocupados.

Perante o bem publico é ela que de motu próprio, tem o dever de oferecer.

Se o não fizer torna-se antipática e dá direito a medidas coercivas, que não convêm a ninguém.

Dos quesitos que ponho, este é talvez o mais fácil de resolver. E' uma questão de bom senso.

A questão do dinheiro para a continuação da laboração agricola é um problema grave.

A grande maioria dos lavradores necessitam de dinheiro.

Alguns alegam que é porque os lavradores fizeram despesas extravagantes.

Isso pode alegar-se para um pequeno número.

Para os pequeninos, que são a maioria, e para o *homo* lavrador *médio* isto não é aceitável.

A razão é outra. E' a mesma da crise mundial.

Diminuição dos consumos, baixa dos preços, restrição de transacções, revalorização efectiva, senão evidente, do valor do dinheiro respeitante ao preço das coisas.

Por conseguinte a culpa desta situação não é toda do agricultor, como também não é toda dos governos.

Dizendo que não é toda, quero dizer que alguma responsabilidade cabe a uns e outros.

Com uma acção previdente desde 1928 para cá, ter-se-iam evitado grandes prejuizos.

Por uma necessidade de equilibrio julgado passageiro, muitos tiveram de recorrer ao crédito.

O agravar-se da situação económica impediu a libertação das dividas.

Esta situação é que tem feito intensificar tanto a cultura do trigo, única mercadoria de *venda segura e preço certo*.

A continuação desta situação levará a uma posição semelhante à de muitos países, em que os governos tem de enfrentar com a crise dos sem trabalho, ficando com o encargo de sustentar os arruinados.

Não valeria apenas estudar um pouco o problema da facilitação da resolução das dividas da lavoura?

Quanto mais tarde mais difficil.

O congelamento de várias produções de trigo agravará a questão.

Valerá a pena aos Bancos ver quebrar muitos credores?

Não será melhor dar-lhes a mão a tempo?

Nalguns países isto foi já feito, ha mais de dois anos.

E' evidente que enquanto o devedor se vir na eminencia da falencia tentará salvar-se por todos os meios.

Agora não vê senão produzir mais.

Como encarar então a questão da baixa de preço do trigo?

Tornando esta cultura pouco rendosa ou passiva, o problema do excesso resolve-se, mas com quantas vitimas? Com quantas vitimas no campo dos industriais agricolas, e com quantas mais no campo dos trabalhadores rurais?

Para os primeiros é a fortuna que se perde, mas para os outros é a miséria que se adquire.

Tem que se restringir um pouco a cultura do trigo.

Há poucos meios para o conseguir.

Há a acção da propaganda. E' de efeitos duvidosos, mas é a forma mais simpática e ela não se tem ainda tentado. Nem sequer se nos tem avisado do perigo!

Há o desvio para outras culturas. E' difficil porque nenhuma outra tem mercado extenso bastante para salvar a situação.

Há a *deminuição de preço*.

E' o que ocorre immediatamente, porque é decerto a forma de remedio mais fácil de aplicar e de efeitos mais seguros.

Mas para que esta acção seja eficaz para a gente meio afogada, é necessário que o preço do trigo *seja passivo*, relativamente ao custo.

Quere dizer que os que agricultam em piores condições devem ser obrigados a cessar de laborar.

Ou porque fazendo as contas *prevêem* que vão perder, ou porque depois de fazerem as contas viram que *não podem continuar*; em poucas palavras: *que estão falidos*.

Este ponto tem de ser bem estudado e merecia uma reunião em Lisboa dos interessados, para estudar serenamente o problema que, como já disse, não é da responsabilidade do actual Ministério, pois *dependeu principalmente das condições meteorológicas do ano passado*. Só nós o podemos e devemos resolver, desde que o estudemos bem, com calma e senso e com o auxilio do Governo, até onde fôr justo e conveniente ao bem de todos.

Se houver de fazer-se sacrificios sejamos nós a aconselha-las.

Assim resolver-se-há o caso.

A conservação dos trigos nos celeiros deveria já ter sido organizada em todos os distritos pela Federação, mediante brigadas volantes e aparelhagem conveniente.

A industria particular é excessivamente cara.

Impõe-se este serviço já senão os prejuizos são enormes.

Trigo furado baixa a r\$30 e até a r\$50 o quilo e pode ser dado totalmente

como impróprio para a alimentação humana.

Podem ser centos de milhares de contos.

Urge tratar-se disso.

Acumulação do centavo por mês. Até à nova colheita? Parece ser da lei.

E depois continuará ou recuará ao preço de Junho de 1935? Fixar-se-há um preço tipo?

E' necessário saber-se.

E os juros continuarão até Janeiro ou Fevereiro de 1935?

Comerão então o capital?

Brilhante resultado do exclusivo de vendas e distribuições através das federações e da Itica.

Na baixa do consumo, estas múltiplas peias tem grave responsabilidade e o peor é que nós, lavradores, sofremos uma organização feita, neste particular só para vantagem da grande moagem.

E como se aguentará o preço do pão perante os trigos, que logicamente deveriam ficar à moagem a 1\$07, mais 12 meses a 0\$01 até a colheita nova e ainda mais 10 meses a 0\$01 se sobrarem ainda 10 meses ou seja \$22 com um total de 1\$66?

Eu bem sei que com o preço actual do pão o negócio ainda não é mau, porque sabemos que com o trigo a 1\$47 pode comer-se pão a 1\$60 e com o trigo a 1\$69 ainda deveríamos ter pão a 1\$85.

Em todo o caso parece-me que estes assuntos são bastante graves para a economia toda da Nação e mereceriam uma convocação da lavoura para nela serem tratados.

O que é necessário é que eles sejam estudados e discutidos com serenidade e calma, aliás, não será possível escolher o caminho menos prejudicial n'um assunto de tanta monta.

RUY DE ANDRADE

N. B. — Este artigo já estava escrito quando apareceu na Imprensa o decreto sobre armazenamentos de trigos. Bem haja o Ministro pela iniciativa. Oxalá se façam os celeiros a tempo. Pena é que os dois centavos para celeiros tenham sido absorvidos pelos serviços internos da Federação e seja necessária nova taxa.

Também pelo decreto já sabemos que os encargos da demora da entrega de trigo advindos, são de nossa conta. O que já calculávamos.

Onde vai já a tabela com a qual nos metemos na sementeira feita em 1933!



José Francisco Serrano

(Aderente da «Alentejana Editora»)

A questão dos Trigos

na Assembleia Nacional

A propósito do decreto em questão queremos deixar aqui registadas algumas afirmações produzidas na Assembleia Nacional.

É do *Diário de Notícias* o seguinte extracto:

«Entrou-se depois na primeira parte da «ordem do dia» — ratificação do decreto-lei n.º 25.126, relativo à contribuição de encargos do excedente da colheita de trigos.

O sr. engenheiro Botelho Neves, analisando aquele diploma, referiu-se às causas da super-produção do trigo, apontando-as como resultantes das medidas de protecção à lavoura promulgadas pelo Governo. Como deputado e lavrador, dará o seu voto ao decreto, que lhe merece inteira concordância nas suas linhas gerais.

O sr. dr. Francisco de Melo Machado lamentou que o diploma submetido à ratificação da Assembleia não encerre disposições que solucionem completamente o problema cerealífero. Elas, porém, correspondem às circunstâncias de momento.

Concluiu pondo em evidência a utilidade da Federação Nacional dos Produtores de Trigo, e, a propósito, elogiou o sr. engenheiro Leovegildo Franco de Sousa pela sua actuação na pasta da Agricultura.

O sr. dr. Camara de Campos abordou o problema dos trigos, lamentando que entre nós ainda não existam, em condições satisfatórias, celeiros para armazenar o excesso de produção. O decreto-lei promulgado pelo Governo visa — acentuou — a resolver essa deficiência.

Continuando, declarou que se torna indispensável encarar o problema cerealífero, mas sem prejudicar os legítimos interesses da Moagem e da Panificação. Disse confiar inteiramente nos intuitos do Governo e apontou a super-produção como uma consequência da falta de consumo.

O sr. engenheiro Proença Duarte afirmou que os objectivos do decreto são lógicos e oportunos, pois asseguram aos lavradores a cobrança do produto dos seus trigos. Alongou-se na apreciação daquele diploma, dizendo que a lavoura pode suportar qualquer gravame que dele resulte, visto que as vantagens o excederiam.

O sr. dr. João Garcia Pereira pôs em relêvo, pormenorizadamente, a utilidade do decreto, frisando que êle se destina a descongestionar os celeiros, aproveitando, portanto, à lavoura e à própria economia nacional.

O sr. dr. Deniz da Fonseca declarou que o decreto corresponde a uma necessidade da lavoura. Compreende-se — disse — que os produtores suportem os novos encargos, visto serem êles que aproveitam da disciplina da colocação do trigo.

Depois de largas considerações concluiu enviando para a mesa uma proposta no sentido de que a Camara ratificasse pupa e simplesmente o decreto-lei. Assim se resolveu, por maioria de votos.

Devido ao adiantado da hora foram encerrados os trabalhos.»

Dordio Gomes

na Exposição de Arte Moderna do Secretariado de Propaganda Nacional

O Secretariado da Propaganda Nacional organizou, no salão da Sociedade Nacional das Belas Artes, uma Exposição de Arte Moderna onde reuniu recentes trabalhos de alguns pintores e escultores modernos. Entre êles está o pintor alentejano Dordio Gomes, a cuja representação desejamos fazer uma referência.

Expôs Dordio três trabalhos:

«O Barredo (Pôrto)» — tela admirável onde o artista, aproveitando um encantador aspecto marginal do Douro, desenvolve um trabalho digno dos mais altos louvores críticos que pode figurar na colecção do mais exigente artista;

«Poente no Douro» — quadro de alta sensibilidade artística revela claramente as inúmeras faculdades do ilustre arraioense que só agora a arte portuguesa está a descobrir, ou melhor, que só agora está sendo alvo de justíssimos olhares;

«O Poldro» (estudo de composição — é um trabalho influenciado pela sã corrente moderna da pintura, onde Dordio mostra como sabe pintar animais.

E' curioso verificar as surpresas que se manifestam por entre os admiradores da arte, de cada vez que Dordio expõe, conduzindo com facilidade a concluir da necessidade do pintor, em referência, se mostrar mais.

Vida Alentejana orgulha-se de ter sido o único jornal alentejano a anunciar, e com bastante antecedência, esta intervenção de Dordio Gomes na Exposição do S. P. N.

C. L.

Propaganda do Alentejo

No passado domingo 24 a C. P. organizou um comboio de excursão de Lisboa a Beja e Évora. Achamos bem estas excursões. Pena foi que os horários fôsem tão mal organizados. Beja tem coisas dignas de se verem, e não é em 2 horas que se poderão ver a décima parte sequer dessas belezas.

Duas escassas horas serão necessárias para os 2 trajectos da Estação para a cidade e para o almoço. Como se pode, pois, em tão curto prazo de tempo visitar o que Beja tem de interessante?

Évora também não é em 5 horas que se visita. Todavia a C. P., com estas excursões, está prestando um grande serviço ao turismo.



Quinta de Santo António



Fonte da Quinta de S. João



Fonte da Quinta de Santo António



Estátuas da Quinta António



Aspectos de Quintas d'Elvas



Quinta de Santo António



Do do Malvar



Entrada da Quinta de S. João



Campo de malmequeres na Quinta de Santo António



Rue do bucho — Quinta de Santo António



A habitação da Quinta de Santo António



Um trecho do Malvar



Outro aspecto da Quinta de Santo António

O apoio da Lavoura ao Estado Novo

Todavia entristece-nos o último decreto que exige um tão pesado sacrifício

Ao finalizar o nosso modesto penúltimo artigo, fizemos a seguinte afirmativa: «Todos os agravos têm limites. A Lavoura Portuguesa não é justo que se façam maiores, porque ela os não originou nem merece.» Mais se nos arreigou esse convencimento com a leitura do recente decreto em que se lêem as palavras sacramentais: «Os encargos do excesso das colheitas de trigo serão suportados pelos produtores.»

Continua afigurando-se-nos que o grave problema dos trigos e do pão não vem sendo estudado por forma a ser resolvido sem agravar a penosíssima situação da Lavoura Nacional.

Com manifesto menos-prezo por esta, projecta-se diminuir desapidadamente o preço do trigo, e foi-se mais longe, abrindo-se o procedente de leis de retrocesso. Temos de convir que é demasiado forte para ser suportado sem descontentamento pela classe que mais tem contribuído para o engrandecimento nacional, esforçando-se por bastar o consumo público, depois de uma formidável campanha patriótica, em que o Governo colaborou com promessas e benefícios, com prémios de arroteio, selecção de trigos, material agrícola, etc., etc.

Não está ainda esquecido o chamado à Lavoura para o *desideratum* que se tem em vista, como não esquecerá, através de muitos tempos, o período de riqueza iniciado em Portugal com a produção de trigo, que tão grandemente concorreu para o desfogo do Tesouro Público, que nos permite o crédito e o conceito de nação próspera e bem governada.

Por isso mesmo entristece-nos sobremaneira a redacção do Decreto em referência «Os encargos resultantes do excesso das colheitas serão suportados pelos produtores.»

Que assim sucederá não podemos manter ilusões, mas que o tratamento é sobremaneira gravoso para a Lavoura também não oferece dúvidas. Importa, por isso, tentar chegar-se a uma modalidade que a todos satisfaça, sem ficar sacrificado o Estado nem o consumidor, e sem descongrajar a Lavoura, que tão grandemente vem concorrendo para a efectivação do Estado Novo, dando-lhe todo o seu leal apoio e auxílio, com a permanente e continuada ocupação do pessoal rural no Alentejo.

A que cometimentos será preciso recorrer para o efeito? Tudo quanto há de mais simples e racional: chamando-a a colaborar na resolução do grave problema, aproveitando os seus alvites que sejam viáveis e convencendo-a de que todos os recursos se esgotaram para a poupar aos sacrifícios que se pretendem impor-lhe.

E a Lavoura, habituada à franqueza e lealdade que a caracteriza, terá possibilidades de ajudar a vencer-se uma dificuldade que a todos nos deixe orgulhosos de ser solucionada com critério e patriotismo.

Embora disso não seja só culpada a Lavoura, o trigo que se prevê exceder

as necessidades do consumo respeitantes ao ano de 1934, poderá começar a ter um consumo mais lato e intensivo, desde que a todos os bons portugueses se empenhem nessa cruzada.

E, se o Governo não desejar auxiliá-los com recursos monetários como era de toda a justiça, contentava-nos que na sua missão de patriotismo e de dirigente dos destinos do País, se decida pôr em prática as indicações viáveis que lhe poderemos facultar. Entre esses, sobressai a que se refere ao aumento de 200 gramas de pão a cada praça do exército.

Muito concorrerá para aumentar o consumo do trigo a permuta deste cereal por centeio, que nas províncias beiróas se consome em pão, e os lavradores alentejanos podem consumir farinado, na alimentação dos seus gados.

O barateamento do preço do pão e o cuidadoso fabrico deste muito concorrerá para elevação no consumo; esse barateamento pode ser efectivado pelos industriais da Panificação, sem ser preciso inquirir-se dos seus proventos diários, que a indústria lhes proporciona, sobretudo no pão denominado fino que se não vende a pêso...

A Grande Moagem, que compra trigo por menos e que tão notavelmente reduziu os seus dispêndios fechando à laboração grande quantidade de fábricas, não poderá, isenta como está de concorrência, igualmente reduzir os seus proventos, concedendo *bonus* no preço da farinha aos industriais da panificação, para que estes barateassem o preço do trigo?

Distribuídos assim equitativamente os sacrifícios, não se tornaria tão duro à Lavoura suportar, em parte, os encargos da super-produção, mas ainda neste caso, e depois de esgotados todos os auxiliares de consumo, melhor se justificariam, reduzindo-os na colheita próxima deste ano e sómente na medida do preciso para ressarcir essas perdas quanto à colheita de 1934.

A finalidade seria a mesma, a Lavoura não poderia esquivar-se nem fugir à sua responsabilidade pelo encargo imposto; mas tornava-se-lhe mais fácil e simpático essa modalidade, porquanto para muitos, senão para todos, que já receberam o valor ou adiantamentos pelos seus trigos, constituirá agora uma indiscripível perturbação ter de repôr o que já recebeu — que só quem está completamente alheio às suas grandes necessidades — pode supôr que ela terá em reserva, para poder devolver, sem aumentar a sua ruína.

A Lavoura, benemerita e patriótica, como se orgulha de timbrar, não se exime à sua quota de sacrifício; o que para ela serviria porém de lenitivo era constatar-se que os sacrifícios se distenderam equitativamente a todas as outras empresas que se relacionam com o consumo do trigo, impondo-se-lhes parcimonia nos interesses industriais; sobretudo por ser bem notório o facto de virem elevando os preços e os lucros todas as classes organizadas, com tática

protecção oficial, constituindo excepção a benemérita Lavoura, a quem se impõem doloríssimos prejuízos!

Bem avisados andaremos todos concorrendo na medida das nossas possibilidades, para que se não perca a confiança recíproca, nem diminua o interesse em trabalhar para o engrandecimento da nossa querida Pátria!

18-3-935.

JOSE MENDES

(Lavrador em Elvas)

Cotações

Na sessão de 23 na Bolsa de Mercadorias foram efectuadas transacções de aveia a \$69 e \$71 o quilo; de fava seca a \$99 e \$101; palha de trigo a 130\$00 os 100 quilos e arroz em casca, da Guiné, a \$58 e \$60 o quilo.

Na sessão do dia 26, e posta no Cais da Manutenção, efectuaram-se transacções de aveia e cevada respectivamente a \$69 e \$82.

Apareceram vendedores de: centeio a \$7; aveia a \$70; fava seca a \$100; grão preto a \$25.

O arroz nacional obteve os seguintes preços: branco mocho chinês, 15

O bacalhau nacional vendeu-se: graúdo, 60 quilos 249\$00; crescido, 237\$00; meão, 228\$00; médio, 219\$00; miúdo, 219\$00; refugo de 1.ª 20\$00, de 2.ª 180\$00 os 60 quilos.

Manifesto da última sementeira de trigos

Pela pasta da Agricultura vai ser publicado um decreto que obriga os agricultores a fazerem o manifesto da última sementeira, a fim de se estabelecer, na devida oportunidade, a preciação do volume da colheita futura.

PATRICIOS

Inscreevi-vos na

«LUTUOSA NACIONAL»

(ASSOCIAÇÃO SOCORRO MUTUO)

Subsídios de **5, 10, 15**
e **vinte mil escudos**

A mais sólida garantia de sobrevivência
Peça hoje a sua inscrição

Entrada dos 18 aos 45 anos

Rua Victor Gordon, 31, 2.º

LISBOA

Veiros do Alentejo

Considerações sobre um grande exemplo

Vamos hoje ocuparmo-nos de um assunto, aparentemente insignificante e trivial, que é um facto simples e banal, mas que se presta a tirarem-se dele deduções algo importantes e dignas de ponderação.

É o seguinte: No passado dia de Carnaval realizou-se, em Estremoz, uma esplêndida «Batalha das Flores», organizada pela Direcção do Orfeão daquela linda cidade alentejana, com a valiosa cooperação da Camara Municipal e Associação Comercial e Industrial da mesma terra, e o prestimoso concurso da Escola Industrial «António Augusto Gonçalves», Sindicato Agrícola, comércio e indústria locais e agricultura regional, além de muitas outras entidades particulares, que tomaram parte, com grande brilhantismo, no magestoso cortejo. No mesmo figuraram 70 automóveis, 12 trens e muitas galeras, cavaleiros, crianças mascaradas a primor, fanfarras, bicicletas, etc.

Todos os veículos que se exibiram no imponente cortejo se apresentaram linda e artisticamente ornamentados, e, à parte o «Carro das Rosas», pertencente à Ex.^{ma} Sr.^a D. Ana Vaz, que obteve o 1.^o prêmio, que se encontrava verdadeiramente adequado ao fim visado, assim como outros carros-reclames, como o da firma Mendes, Miranda & Niza, e outros do mesmo género, que revelavam beleza, arte e bom gosto, a maioria deles, pelo que simbolizavam, eram mais próprios para um grandioso cortejo regionalista, (como o Colonial do Porto, quando do encerramento da Exposição) do que para um *córs*o carnavalesco. Destacando-se destes últimos, o carro simbólico do «Alentejo», enviado pela Quinta do Leão, desta vila, e que foi contemplado com o 2.^o prêmio.

Este carro representava genuinamente a nossa laboriosa e produtiva Província, no seu labor e actividade, riqueza e produtividade.

Estremoz é uma terra de belas iniciativas e louváveis empreendimentos como exuberantemente o tem demonstrado, com a realização das brilhantes exposições agrícolas, pecuárias e comerciais-industriais de 1925-26-27. As deslumbrantes Festas Setembrinas e outras diversões encantadoras e atraentes, instrutivas e educativas. Quando se propõe a fazer qualquer coisa digna de registo, fá-lo e executa-o primorosamente e galhardamente.

Pena é que tão belas e úteis festas não perdurem e frutifiquem, e que outras terras alentejanas, até mesmo mais categorizadas e importantes do que Estremoz, a não acompanhem e sigam o exemplo, na ânsia de progresso e desenvolvimento regionalista, entre as quais se pode citar Évora, capital do Alentejo.

A propósito do que deixamos exposto, viciu-nos à mente fazermos a seguinte pergunta: Quem idealiza e leva a bom termo tão belas e magníficas empresas não poderia também, num nobre intuito de realçar e enaltecer a nossa ubérrima e fecunda Província, promover e realizar, com relevado brilho, uma grande Exposição-Agrária-Regionalista, em que

o Alentejo demonstrasse à evidência todos os seus grandes valores e merecimentos, bem dignos de serem conhecidos e divulgados?... Assim como também se tomasse a vantajosa iniciativa de criar um Museu Agrícola e fundar outras obras de grande alcance e interesse alentejanista, como por numerosas vezes *Vida Alentejana* tem preconizado, num louvável impulso de patriotismo?...

Creemos que sim. Desde que em todas as terras alentejanas — grandes e pequenas — houvesse alguns elementos que fossem verdadeiros e desinteressados amigos do seu torrão natal, que de comum acôrdo e unânime comunhão de vistas, se unissem e conjugassem os seus melhores esforços, no sublime objectivo de valorizar e engrandecer a terra que lhes foi berço, (que é a Terra Mãe de todos nós!) pondo de parte deploráveis comodismos e indolência e despertando de prejudiciais apatias e marasmo tradicionais, muito de importante e útil se conseguiria para a Comunidade Nacional, com visível benefício colectivo para todos os portugueses e subida honra para todos os elementos que indistintamente se abalançassem a meter ombros a tão benéfica empresa.

Mas não, infelizmente. O alentejano, salvo raras e honrosas excepções, é, por índole e temperamento, um pouco comodista e descuidado, e tem por norma e entranhado hábito o manter-se indiferente e alhear-se por completo das coisas públicas e interesse geral que contribuam para o bem comum. E deste descuido e comodismo — que se pode classificar de incúria e desleixo — se vão aproveitando, em utilidade própria, os povos nortenhos. (E bem hajam...)

Pela parte que nos diz respeito individualmente, temos o desgosto de não possuímos a competência precisa e aptidões suficientes para tratarmos de tão magnos e proveitosos assuntos, porque força de vontade e desejo de trabalhar em prol da nossa Terra não nos falta, (como incontestavelmente o temos evidenciado). Resta-nos, porém, a satisfação do dever cumprido e tranquilidade de consciência nesse ponto, a consolação de sermos compreendidos e julgados justiceiramente por individualidades rectas e imparciais, cujas apreciações nos compensam e indemnizam de muitas injustiças e ingratidões sofridas!...

MANUEL JOAQUIM ALMADA

O Mel

Sua aplicação na doçaria caseira

(Do Posto Central de Fomento Agrícola)

Miolo de pão fresco (ralado), 1 chávena; mel, 1 colher das de sopa; assucar, 1 colher das de sopa; manteiga 1 colher das de sopa; ovos 1; leite (se fôr preciso) q. b.

Para cada chávena de miolo de pão (fresco) ralado, uma boa colher de mel, outra de carbonato de amoníaco, outra de manteiga e um ovo. Bate-se tudo muito bem durante 10 minutos, se a massa estiver dura deita-se-lhe algum leite. Vai ao forno, em formas untadas de manteiga. Quando se retirarem das formas enquanto quentes, embrulham-se em assucar fino.

Bolo delicado

Assucar, 2 colheres das de sopa; mel 3 colheres das de sopa; fecula de batata, 2 colheres das de sopa; claras de ovos, 3; limão, casca.

Mistura-se com o assucar e o mel uma casca de limão raspada; junta-se-lhe pouco a pouco a fécula, e amassa-se durante um quarto de hora; bate-se em neve as claras e incorporam-se na massa, deita-se tudo numa forma untada de manteiga e polvilhada de assucar. Coser a fogo brando.

Bolo delicioso

Farinha de trigo, 250 grs.; manteiga, 125 grs.; mel, 250 grs.; ovos (gemas) 2; carbonato de amoníaco, 2 pitadas.

Deitar a farinha numa tigela, e no meio, duas gemas bem batidas, que se misturam pouco a pouco com uma colher. Derreter a fogo brando a manteiga e o mel e juntar á farinha, mexendo como para uma *mayonnaise*

Deixar em repouso duas ou três horas. Com uma colher de sopa, deitar em pequenas formas untadas de manteiga, pequenas porções de massa. Levar ao forno, e ao fim de dez minutos, estão loiros e prontos para retirar. Colocar a arrefecer em cima duma folha de papel.

Joaquim Patricio da Cruz

Produtor de cereais

Fábrica de farinha em rama

S. Luiz

ODEMIRA

A ROSEIRA

Sua origem e sua importância «ética e étnica»

Pelo Professor S. Decker

XVII

Rosas côr de rosa

Estas existem quasi em número ilimitado. A sua rainha é a «Sachsengruss» (R) (lembrança da Saxónia).

Não se pode definir melhor as optimas qualidades desta rosa do que chamando-o «Druschki rosa». Os botões são muito compridos e obovais; as flores abertas são porém mais dobradas; em tamanho equivalem-se. O seu colorido é um admirável rosa-salmão assetinado, muito delicado que nunca empalidece. A folhagem é firme, coriácea e rígida, e o comprimento das hastes extraordinário. Hastes de 1,5 até 2 metros de comprimento não são raras. No mais applica-se a esta variedade tudo o que foi dito a respeito da «Druschki».

Merece também um lugar de destaque a «Radiance», com flores de tamanho médio, até grande, formada de numerosas pétalas concheadas e encurvadas, rosa-claro na face ventral e rosa-salmão carregado no dorso.

A harmonia destas duas cores é realmente admirável, ainda realçada pelo brilho sedoso peculiar ás flores desta variedade. O seu crescimento é, no Brasil, sempre moderado, porém plenamente satisfatório. A «Imperial Cotentate» produz grandes flores de bellissimo feitio, de um colorido rosa-puro, com lustros prateados na base das pétalas.

Universalmente espalhada é a «Joankheer J. L. Mock», de origem holandeza. Seus grandes botões e suas grandes flores são formados por um grande número de pétalas substanciosas e concheadas com as margens recurvadas, cujo colorido rosa-prateado contrasta vivamente com o rosa-carminado do dorso. O seu delicioso perfume torna esta variedade uma das rosas preferidas, tanto mais que as flores terminais pendem de hastes compridas, plenamente direitas. Graças a esta última particularidade, pode-se cultivar um maior número de plantas em qualquer área determinada. O seu único defeito é desabrochar muito devagar, por causa do seu grande nú-

mero de pétalas, sofrendo pois pelas chuvas prolongadas, que causam mesmo a podridão dos botões antes do desabrochamento. A «Rose Queen» é outra variedade muito espalhada no Brasil. O seu colorido é rosa-claro matisado de rosa

escuro; mas a exuberancia com que floresce e o lindo formato dos botões justificam essa preferência. Muito recomendável de todos os pontos de vista é a «Madame Segond Weber» (H. C.), com enormes botões finamente alongados, dum lindíssimo rosa salmão-calro. A «Cecilia Meirelles» é uma criação paulista, que se distingue pela sua folhagem lustrosa e o perfume intenso das suas grandes flores. O colorido é rosa salmão, matisado de branco-creme e carmim-violáceo. Falta-lhe a pureza de outras variedades de elite. Apesar disso, merece fazer parte de qualquer colecção de rosas.

Conselhos práticos para a cultura de hortaliças

Pelo Professor S. Decker

XIII

Cuidados culturais—As leiras podem ser ocupadas por nabos, rabanos, rabanetes, couves de curto ciclo vegetativo, feijão, amendoim, alfaces, chicorias, etc. Corta-se a folhagem do asparago no outono, rente ao solo e applica-se a adubação como mais atraz ficou discrito, distribuindo-se o adubo nos próprios regos, onde fica superficialmente enterrado. Viram-se as leiras e plantam-se feijões, depois destes, cebôlas, alhos e alfaces. Substituem-se os asparagos que não vingaram. A primeira colheita coincide com a primavera do terceiro ano apoz a plantação. A partir de então, efectuam-se alguns trabalhos suplementares que deverão ser intercalados entre aqueles enunciados. Afoga-se o solo em fins de inverno e amontoa-se a terra em cima de cada pé de asparago, de modo a formar um montículo de 25 até 30 cms. Colher no primeiro ano somente os 3 ou 4 asparagos mais fortes, deixando crescer livremente os outros, para não enfraquecer a planta. Empregar um facão especial ou, o que é preferível, descalçar a planta até o ponto da inserção dos brotos, pegando o asparago em plena mão e fazendo um movimento de torsão que o desprende do rhizoma sem lesá-lo. A terra removida é imediatamente recolocada. A colheita faz-se no momento em que a planta levemente roxa do asparago fende a terra, e antes que cresça muito. E', pois, necessário

passar uma revista pela manhã, ao meio dia e á tarde. Conservar os asparagos colhidos em lugar fresco e escuro, aproveitando-os o mais depressa possível, para coitar a perda de seiva. No outono, espalha-se a terra das leiras sôbre os trechos ocupados pelos asparagos, adubando a terra toda como já foi indicado. A colheita será mais abundante no quarto ano e durará cerca de um mez. Este espaço de tempo aumentará para 6 semanas no quinto e a 2 mezes no sexto ano. A duração de uma planta de asparago é de 15 e mais anos.

Azedinha—«de Belleville» (todo o ano).

Sementes—pêso por litro, 650 grs.; 1 gr. contem 1.000 sementes; *longevidade*, 2 anos; *tempo de germinação*, 4-6 dias; precisam-se 50 gramas de sementes para semear 100 metros quadrados ou de 15 gramas para obter as 3.000 mudas necessárias para ocupar aquela área. *Semear* de preferência nos mezes menos quentes, em linhas distanciadas de 25 cms. ou fazendo moldura a outros canteiros, firmando a terra antes de deitar as sementes e enterrá-las levemente. Desbastar, depois a 15 cms. e começar a colheita 5-6 semanas depois da sementeira poupando as folhas tenras do centro. A multiplicação faz-se também pela divisão das plantas já formadas. Regar em tempo de seca. A qualidade do solo tem pouca importancia, desde que seja bem preparado.